



1
2
3
4
5
6
7
8
9

**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



1
2
3
4

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM
08 de novembro de 2011

5 Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2011 às 8:30 horas em primeira convocação e às
6 69:00 horas com qualquer número de Conselheiros presentes, no auditório da Secretaria de
7 Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, na Rua Hermes Fontes, 315 – Bairro Batel
8 em Curitiba – PR, estiveram reunidos os componentes do Conselho Estadual de Assistência
9 Social – CEAS/PR, previamente convocados para essa ocasião. • **Conselheiros**
10 **Governamentais:** Caroline Kummer Trevisan (Procuradoria Geral do Estado – PGE), Sandra
11 Regina Costa (Titular - SETI), Delvana Oliveira (Suplente– SEED), Edina Maria Silva de Paula
12 (Titular – SEJU), Ana Maria Macedo (Titular – SEDS), Nircélio Zobot (Suplente – SEDS), Gladys
13 Tortato (Titular – SEDS), Marcela Evangelista (Suplente – SEDS), Larissa Marsolk Tissot (Titular
14 SEDS), Lucimeri Sampaio Bezerra (Suplente – COHAPAR), Marli Aparecida Batista Vaz (Titular
15- SETS). • **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Titular –
16 Associação de Moradores de Encantado do Oeste), Cássia Fernanda Mercúrio (Titular - Aldeias
17 Infantis SOS do Brasil), Ozimara Ferreira de Mello (Titular - APAE), Patrick James Reason
18 (Titular - Associação Beneficente Encontro com Deus), Maria Cecília Monteiro Fantin (Titular
19- Conselho Regional de Psicologia/Pato Branco), Christina Zehr (Titular – Associação
20 Beneficente das Senhoras de Entre Rios), Ronan César da Silva (Associação Pró-Amor de
21 Deficientes de Irati), Ana Cristina Góis Fuentes (Suplente - CRESS), Edenilce de Fátima Lima
22 (Titular - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança), Teresinha Maria
23 Pereira Mariano (Titular - CRESS), Ana Cristina Duda (Titular - Associação Ministério Melhor
24 Viver/Ponta Grossa), Fernanda Garcia Sardanha (Suplente – CRESS). A Abertura da
25 Assembleia se deu com saudação da Conselheira Presidente Cassia Fernanda Mercúrio,
26 (Aldeias Infantis SOS – Brasil), dirigida a todos os presentes. Num primeiro momento, a
27 Presidente informou sobre o levantamento que está sendo elaborado, visando listar os
28 Conselheiros que possuem 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas, sem justificativas. O próximo
29 passo será notificar as entidades que representam (Sociedade Civil) ou Secretarias de Estado
30 (Governamentais), para as devidas substituições. Como assunto inicial, apresentou-se aos
31 Conselheiros o formulário CENSO SUAS/2011, cujos dados já haviam sido anteriormente
32 preenchidos pela Presidente. Mediante distribuição de cópias, os Conselheiros acompanharam a
33 leitura fazendo as devidas adequações. • **Apreciação da pauta:** Foi definido que apresentação do
34 “Programa Família Paranaense” seria levado a efeito na próxima plenária ou no último item do
35 evento de hoje, por questão de tempo. A Conselheira Ana Maria (Assessora Técnica da SEDS)

10
11
12
13
14
15



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



36propôs transferir essa pauta a próximo ano, uma vez que trata-se de uma ação que envolverá
37diversas Secretarias e cujos recursos de outras fontes já se encontram a provados. Entre as
38ponderações, a técnica Larissa informou que, caso o Conselho defina, a equipe da SEDS estaria
39preparada para desenvolver a apresentação ainda nesse dia. Sendo assim, a Conselheira
40Presidente decidiu que o referido Programa, será apresentado na manhã do próximo dia 01/12,
41após a reunião da Sociedade Civil. **APROVADO**. A Conselheira Delvana (SEED), esclareceu
42que os informes sobre as questões escolares serão colocados na reunião de dezembro. Foi a
43vez da Conselheira Maria Cecília solicitar a inclusão de 2 pontos de pauta: - Composição do
44CEAS e Cadastro das entidades Sociais que estava na SETP. Foi esclarecido pela Conselheira
45Larissa que o referido cadastro já migrou para a SEDS e encontra-se na Gestão do SUAS. A
46equipe fará os preparativo e a apresentação dar-se -a na próxima Assembleia. **Aprovada a**
47**pauta**, incluindo também as atividades realizadas na Assembleia Legislativa (orçamento do
48FEAS). • **Apreciação da Ata referente à Assembleia de Setembro, com as devidas**
49**considerações – APROVADO**. • Informes da Secretária Executiva - Helena Gimenez: **1)**
50Justificativa de ausência das conselheiras da Secretaria de Estado do Planejamento, por conta
51de compromissos profissionais. Por isso, o representante do Planejamento, Roberto Langer,
52estará presente na reunião, como ouvinte. **2)** Justificativa de ausência da conselheira titular da
53SEDS, Miriam Bruneta, essa semana está participando da IV Conferência Nacional de
54Segurança Alimentar e Nutricional em Salvador. **3)** Recebido Telegrama do Governador do
55Estado do Paraná, Sr. Carlos Alberto Richa, agradecendo o convite enviado para participar da
56mesa de abertura da IX Conferência Estadual de Assistência Social. **4)** Recebido convite do
57Conselho Estadual de Saúde para participação na X Conferência Estadual de Saúde, realizada
58no dia 17/10/11. **5)** CMDCA de Colombo enviou convite para participação na X Conferência
59Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 10/10/11. **6)** Convite do
60CEAS de Rondônia, convidando para a VIII Conferência de Assistência Social, a qual foi
61realizada no dia 27/09/11. **7)** PUC/PR encaminha convite para participação no Seminário sobre
62Vínculo SUAS, ocorrido no dia 16/09/11. **8)** Recebido convite para a posse da FIEP, a qual foi
63realizada no dia 30/09/11. **9)** Conselheira Ana Paula Araújo encaminhou justificativa de ausência
64e informa que sua suplência estará presente. **10)** Encaminhada justificativa de ausência da
65Conselheira Mara Baran, em virtude de compromissos assumidos anteriormente na faculdade
66onde ela leciona. **11)** Justificativa de ausência da conselheira Elenir, informando que nessa
67semana estará participando XXIV Congresso das APAES em Belém do Pará. **12)** Encaminhado
68do convite ao CEAS/PR para participação na VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e
69do Adolescente de Curitiba nos dias 10 e 11/11. Na sequência a Conselheira questionou a
70respeito dos itens contantes do Regimento Interno que visam sobre as faltas injustificadas (3

16
17
18



19
20
21
22
23
24



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



71 consecutivas ou 5 alternadas é caso de substituição). A Procuradora do Estado e Conselheira
72 Carolina abordou os motivos que validam as possíveis justificativas. Ausente e sentindo-se
73 prejudicada, a Conselheira Mara Baran sempre colocou as mudanças ocorridas no calendário
74 das reuniões. Segundo Maria Cecília Fatin, Mara é suplente desde a 1ª reunião, o Conselheiro
75 titular ausentou-se. Disse acreditar que na Sociedade Civil compõe os Conselheiros, porém no
76 segmento Governamental até hoje faltam Decretos publicados. Replicou a Conselheira Ana
77 Macedo (SEDS), garantindo que todos os Conselheiros Governamentais estão oficialmente
78 indicados pelo Governador e os decretos encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria
79 Executiva dos Conselhos. Esse foi o momento aproveitado para apresentar à plenária a
80 Conselheira Marli Mussolini, recentemente indicada para representar a Secretaria de Estado do
81 Trabalho Emprego e Economia Solidária – SETS. Foi lembrado pelo Conselheiro Ronan que as
82 Regionais de Jacarezinho e Foz do Iguaçu permanecem sem representação no Conselho.
83 Segundo a Secretária Executiva Helena, o Conselho precisava deliberar sobre a questão, uma
84 vez que os contatos com as regiões já foram feitos e não há segunda suplência eleita na
85 Conferência Regional de 2009. Tomou a palavra a Presidente Cássia, determinando que a
86 Secretaria Executiva proceda o levantamento de faltas dos conselheiros para a próxima
87 Assembleia. • **Preenchimento do CENSO SUAS** – Análise dos itens preenchidos pela
88 Presidência e Secretaria Executiva, com contribuições apresentadas pelos Conselheiros. Nesse
89 preenchimento, os conselheiros ficaram em dúvidas em relação aos Atos do Conselho que são
90 publicados e publicizados. Colocou a Procuradora Carolina: quando se prevê competência, tudo
91 aquilo que se fará exigir dar-se-á através de uma Deliberação. Questionou-se se os temas que
92 deverão ser regulados por Resoluções e que estariam contemplados na Regimento Interno. •
93 **Em votação: 14 votos a favor. 03 Votos contrário.** Lembrou-se que qualquer ato da
94 administração pública só terá validade se estiver publicado. Respondeu a Conselheira Ana
95 Fuentes: parece óbvio, porém são situações que ocorrem nos Conselhos Municipais e a
96 Resolução nem sempre acontece. Revisando todos os itens do formulário CENSO/SUAS, os
97 Conselheiros foram aprovando através de votações. A Secretária Helena propôs terminar em
98 outro momento o preenchimento desse Censo, com base no formulário já preenchido e
99 com os devidos destaques e alterações. – APROVADO. • Relatório das Comissões
100 Temáticas. • Comissão de Documentos e Cadastro – Relatora Fernanda (em anexo). •
101 Comissão de Políticas Sociais – Relatora Conselheira Ana Goes (em anexo). A técnica
102 Marcela Evangelista sugeriu cobrar do MDS a elaboração de uma cartilha, contendo
103 orientações a serem encaminhadas aos Municípios na que se refere a utilização dos
104 recursos do IGD-M. Segundo ela, seria de bom solicitar aos Conselheiros Municipais

25
26
27

28
29
30
31
32
33



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



105que procedam a separação das Fontes, bem como indiquem onde estão sendo gastos
106esses recursos. O setor financeiro não troca ideias com a Secretaria de Assistência,
107onde também deveria existir um Núcleo Financeiro, que também possa entender de
108legislação. Enquanto nada houver, sobre isso, a ação deverá partir do CEAS. Foi
109sugerido pela Conselheira Ana Goes, na próxima reunião trazer sugestões para o Plano
110de Ação/2012 para o IGDE. Já o Conselheiro Patrick solicitou o repasse da listagem de
111municípios que estão tendo inutilização de recursos (de posse do Conselheiro Nircélio). •
112Aprovado o relatório. • Parte da Tarde • - 13:30 horas - Na sequência dos trabalhos, a
113Conselheira Ana Goes continuou a leitura do relatório da sua comissão. Foi quando o
114Conselheiro Nircélio pediu a palavra, informou que na sua Comissão a discussão foi
115fértil, em relação ao acompanhamento na Saúde. Disse ter recebido uma cartilha
116orientando como aplicar recursos do IGDE, cujo ainda é passível de agregar
117contribuições. Além da Portaria nº 754/2010, existem também cadernos com textos
118muito claros sobre aplicados do IGDM. Em 31/08, os municípios tinham 70% dos
119recursos não aplicados; diante das dúvidas, planeja-se a elaboração de uma técnica. •
120Aprovadas as proposições da Câmara. No foco da discussão, a Conselheira Mariluz.
121Sugeriu uma conversa com os Conselhos Estaduais de Saúde e Educação, discutindo a
122aplicação do IGDM, pois os municípios assim teriam maior segurança no desempenho
123dos seus gastos. Concluiu o Conselheiro Nircélio que um grande passo estará sendo
124dado, com a realização já no 1º Trimestre de 2010, do “Seminário Intersetorial do Bolsa
125Família”, contando com os gestores da Saúde. Segundo a técnica Larissa (SEDS),
126ocorrerá uma capacitação com aula inaugural em novembro, quando Marcela
127Evangelista será entrevistada sobre os desafios, sendo uma importante mobilização.
128Sobre a questão financeira. • Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização –
129Relator Conselheiro Ronan. Através do Técnico Divaldo, os Conselheiros tomaram
130conhecimento de terem ocorrido avanços no que se refere ao Plano de Estadual de
131Capacitação, e o CEAS é uma instância de discussão dessa empreitada. Existe um
132planejamento para a realização de Cursos de Controle Social (março e abril de 2012 –
133em licitação – dirigido aos Conselheiros que estão iniciando a atuação – ofertadas 4
134vagas por município). As 23 Regionais serão abrangidas, com grupos de seis com carga
135horária de 20 horas. Planeja-se a realização de cursos de atualização a cada 2 anos.
136(inscrição de entidades), bem como dirigidos aos técnicos dos Escritórios (mês de

34
35
36



37
38
39
40
41
42



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



137dezembro, com carga horária de 24 horas. Em 30/11 – curso a distância para
138contadores, técnicos ER, CRAS e CREAS – carga horário virtual). Complementou a
139informação a técnica Larissa, dizendo da necessidade de mobilizar os municípios
140através dos Escritórios. Valorizou a participação não só da Instituto Federal do Paraná
141como da Escola de Governo que irá certificá-los. Ressaltou que a Secretária Fernanda
142Richa encaminhou ofício aos Gestores, solicitando que liberem espaços dentro das
143escolas com a instalação de tele-salas. Os Conselheiros foram convidados a colaborar
144nessa mobilização. Alguma coisa também se planeja no que se refere o curso de
145nivelamento, aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores dos Municípios –
146Gestão Financeira. Reforçou a técnica e Conselheira Larissa (SEDS), que o Plano
147Estadual de Capacitação e aprimoramento de gestão sempre deve ser considerado
148ponto de pauta, sendo na verdade fruto de um esforço coletivo encetado por todas as
149Coordenadorias, a partir de 2012, serão 8 cursos rodando por semestre, tendo garantida
150a presença dos Conselheiros Estaduais, naqueles que foram regionalizados. Tudo isso
151será pautado na CIB em 24/11. Foi sugerido pela Conselheira Ana Goes, que haja um
152acompanhamento prático “in locum”, principalmente na questão da gestão. Acabou
153parabenizando pela iniciativa que o Estado está levando avante, sem dúvida um passo à
154frente na melhoria da qualidade dos debates nas regionais. Destacou a importância do
155trabalho desenvolvido pelas Regionais, que recebem relatos e memórias da SEDS,
156devolvendo com contribuições. Dia 16/11, apresenta-se o documento final para a CIB e
157para a Conselho contribuir, com devolução em 24/11. A Escola de Governo tem
158emprestado um efetivo apoio e vai ser estabelecida uma rede de discussão com as
159Universidades. A Técnica Lorena, Assistente Social da Coordenadoria de Gestão do
160SUAS abordou a reconstrução do Plano de Municipal de Assistência Social, submetido a
161contribuições e mudanças. Finalizou comentando a Resolução nº 08/2010 – CIT.
162Segundo Larissa, o roteiro para os Planos Municipais poderá acontecer ainda em
163dezembro ou no início de 2012. • Comissão de Financiamento e Gerenciamento do
164Fundo – Relatora Maria Cecília. Carmen Zadra (SEDS) usou da palavra, abordando
165“Proposta de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional/ Recursos do
166FEAS”. - Proposta da Coordenadoria para o CEAS – Plano de trabalho de
167reordenamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade (foram
168expostas as entidades, bem como as vagas necessárias). - Aprovado o relatório da

43
44
45

46
47
48
49
50
51



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



169Comissão. • Comissão da Frente Parlamentar - Relatora Conselheiro Carla. A
170Presidente relatou ter ocorrido reunião na Assembleia Legislativa da Estado, sob a
171coordenação do Deputado Professor Lemos, contando com a presença de Conselheiros
172do CEAS e representantes de diversos Parlamentares. Na ocasião foi apresentado o
173orçamento do Fundo Estadual de Assistência Social ao Deputado Elio Rush, relator da
174Comissão de orçamento da ALEP, que acabou se comprometendo a defender a
175proposta orçamentária. Ficou pactuado por parte dos dois Deputados destinar uma
176emenda coletiva no valor de 5 milhões de reais para o FEAS, direcionada para proteção
177especial, saindo da Frente Parlamentar. A Conselheira Presidente Cássia Mercúrio
178externou a sua profunda tristeza e decepção com a atitude dos Conselheiros que não
179compareceram a Assembleia Legislativa, desprestigiando o esforço desenvolvido para
180se obter essa agenda com os Deputados. Lamentou a falta de sensibilização e
181companheirismo demonstrado para com a Presidente. Ressaltou também que os valores
182repassados aos Deputados estavam furados, por conta de informações incorretas.
183Considerou ter sido desrespeitada na sua função de Presidente e a própria Política de
184Assistência Social. Por fim, conseguiu-se pactuar com os Deputados para que não
185hajam cortes nos valores destinados às emendas parlamentares. - Proposta para o
186fundo é de R\$ 26.000,000,00 (vinte e seis milhões de reais). Avaliou que os Deputados
187colocaram ao dispor um assessor para participar das Assembleias do Conselho. Nesse
188momento, a técnica Marcela Evangelista informou que já era intenção da Secretária
189Fernanda Richa buscar mais recursos em outras fontes, o que acabou ocorrendo (fontes
190142 e 148 – valor de R\$ 13 milhões e 250 mil reais). Tal notícia não era de
191conhecimento dos Conselheiros e o comunicado seria repassado nessa plenária.
192Avaliou a Presidente Cássia que ao dirigir-se à Assembleia tinha em mãos outro valor
193(R\$ 11 milhões). Entendeu que se essa reunião estava agendada, a Presidente e a
194Comissão do Fundo deveria ter sido comunicadas. Concordou o Conselheiro Patrick,
195considerando que houve uma falha de comunicação, originando uma situação
196desconfortável para a Presidente que falou em público e sem subsídios reais. Atenta a
197essa colocação, a Conselheira Ana Macedo (Assessoria Técnica – SEDS) colocou que
198tal episódio serviu para haver maior comprometimento e organização da parte de todos,
199antecipando a reunião na Assembleia, os Conselheiros poderiam ter agendado um
200encontro preliminar, objetivando checar as informações. Reavaliando a questão, a

52
53
54

55
56
57
58
59
60



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



201 Conselheira Lindamir (SEJU) parabenizou a todos, é a primeira vez que esse Conselho
202 toma a frente, tomando os espaços no espaço da ALEP. Relatou fazer parte daquela
203 Casa de Leis há anos, atuando como advogada. Constatou que os Conselheiros em
204 muitos ensinarão os parlamentares, que desconhecem o âmago das Políticas Públicas.
205 Assim, os desencontros ocorridos nas informações não deverão empenar o brilho dessa
206 grande data. Assegurou a técnica Marcela Evangelista (Financeiro de SEDS), não ter
207 tido acesso ao e-mail referente ao resumo do PPA/FEAS, sobre o aumento do recursos.
208 Segundo o Conselheiro Patrick, o encaminhamento desse resumo foi realizado por e-
209 mail, à todos conselheiros por meio da Conselheira Rosangela (Secretaria do
210 Planejamento e Coordenação Geral). • Comissão para a revisão da Lei – Relatora
211 Conselheira Christina Zher (relatório em anexo). Não houve consenso em aumentar o
212 número de Conselheiros de acordo com o número de Escritórios Regionais. Reavaliando
213 a questão, o Conselho Patrick retratou sentir-se feliz pelo debate: O Paraná é o único
214 estado no país que tem eleição regionalizada para a composição do CEAS e o CNAS,
215 em sua própria avaliação, disse que essa não é a forma adequada. Acredita que esse
216 sistema não funciona, já que se baseia num tripé que são os Fóruns. Se eles ficam
217 ausente do processo e desarticulados, destrói-se a base democrática de apoio aos
218 Conselheiros. Como dialogar de uma região sem uma pactuação com o Fórum local,
219 permanecendo apenas uma negociação entre o Conselho e o Escritório Regional. •
220 Encaminhamento – Os membros da Comissão da Conferência poderá auxiliar a
221 Comissão de revisão da Lei. A Conselheira Christina Zehr relatou ter avaliado a Lei de
222 Minas Gerais que determina 10 Conselheiros Governamentais e 10 da Sociedade Civil.
223 Aceitam-se sugestões. Sugeriu a Conselheira Ana Maria definir um prazo para que a
224 Comissão receba sugestões e a partir daí a Comissão fará um compilado para
225 apresentar ao Conselho. Reforçou a Conselheira Mariluz, sugeriu um dia de pauta para
226 essa discussão após já estar alinhavado. Concluiu ser positivo que se tenha 23
227 representantes regionais, defendendo a manutenção do processo regional, garantindo
228 espaços. Algumas opiniões surgiram sobre a revitalização ou não dos Fóruns. •
229 Aprovado o relatório da Comissão. • Na sequência, Marcela Evangelista (Financeiro da
230 SEDS), apresentou duas planilhas referentes ao Plano de Ação/2012, com a inclusão
231 das duas novas Fontes – (a 142 – retorno de investimentos do BID) e (148 – retorno do
232 Banco do Brasil). • Em votação – Aprovada a estruturação dos Escritórios Regionais,

61
62
63



64
65
66
67
68
69



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



233com o repasse de veículos e computadores. Através da Secretária Executiva Helena, os
234Conselheiros tomaram conhecimento acerca da possibilidade de montar um stand na
235Conferência Nacional. O prazo para essa definição será em 25/11 (o CNAS não irá
236ressarcir as despesas). Alguns Conselheiros consideraram ser esse o melhor momento
237para apresentar os produtos da Paraná. Opções: Contatar o Provopar ou Secretaria de
238Turismo. Porém, concluíram que o tempo e os recursos, nesse momento estão escassos
239para garantir o stande do Paraná na Conferência Nacional. Dando continuidade, foram
240abordadas as possíveis datas para a realização da Posse dos Conselheiros, que
241comporão o próximo Biênio do CEAS/PR. Segundo Helena Gimenez (SEC), no
242referendo desses conselheiros durante a IX Conferência Estadual, alguns não estavam
243presentes. Foi quando a Presidente Cássia propôs realizar um processo eleitoral dentro
244das Regionais, com posse em maio/2012. A Procuradora do Estado e Conselheira
245Carolina colocou que em regra, qualquer mandato se inicia no começo de ano. Por
246qualquer motivo, o Conselho não foi empossado em março, problema esse que deverá
247ser resolvido. • Em votação: 1) Mandato de 2 anos e a data da posse seria início de
248junho – 09 votos. 2) Antes de junho – 03 votos. • Conselheiros eleitos que não foram
249referendados. Realizar processo eleitoral dentro das Regionais, para eleger uma
250suplência por segmento. A Secretária Helena esclareceu que as Regionais que
251enfrentam situação são: Campo Mourão, Guarapuava, Paranavaí e União da Vitória.
252Porém, antes de se tomar qualquer medida, será necessário questionar se já existe uma
253segunda suplência eleita na Conferência Regional. Foi proposto que quem não se fez
254presente no referendo, não deveria participar desse novo pleito. Por fim, os Conselheiros
255Estaduais deverão participar dessas eleições. Foi lembrado que a vaga é da entidade e
256não da pessoa, tratando-se de um processo sério e criterioso. • Encaminhamentos: 1º)
257Enviar comunicado para os Escritórios Regionais, questionando se existe segunda
258suplência. 2º) Encaminhar o modelo de edital para a Comissão da Conferência e
259Conselheiros para contribuições e aprovação na próxima reunião plenária. Na próxima
260plenária, essa Comissão se reúne de forma extraordinária e decide. Para realizar essa
261análise, deverá constar as Atas das Conferências Regionais – APROVADO. • Avaliação
262da IX Conferência Estadual de Assistência Social – (relatório final enviado ao CNAS na
263tela para avaliação dos Conselheiros). Dados: Data 10 e 11/10. Número de participantes
264– 548. Sociedade Civil: 186. Outros: 129 (observadores e convidados). Em análise,

70
71
72

73
74
75
76
77
78



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



265verificou-se que apenas o município de Virmond não realizou Conferência, porém já está
266agendada para fim de novembro. As propostas aprovadas já estão no site. • Informes
267sobre a Conferência Nacional. Encaminhamento do of. Nº 005/2011, assinado pela Sra.
268Secretária de Estado Fernanda Richa, dirigido aos Gestores Municipais, contendo as
269principais informações sobre a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. 1) O
270CNASI pagará hospedagem, transfer e alimentação para os Delegados da Sociedade
271Civil. 2) O Estado do Paraná pagará 83 passagens aéreas para os Delegados
272Governamentais e da Sociedade Civil. 3) O Estado ficará responsável pelo pagamento
273de hospedagem com ½ pensão aos Delegados Governamentais. 4) Os Municípios
274pagarão o deslocamento dos Delegados, da sua cidade de origem até o aeroporto
275designado. 5) Transfer e alimentação em Brasília a serem pagos pelos Gestores
276Municipais, destinados aos Delegados Governamentais Municipais. Segundo a
277Secretária Helena, todas as confirmações dos Delegados deverão chegar, até dia 10/11.
278Cada Escritório Regional deverá encaminhar a sua própria listagem, objetivando a
279compras das passagens. Todos os 83 Delegados referendados deverão estar inscritos
280on-line diretamente com o CNAS (providenciadas pela Secretaria Executiva). O retrato
281de uma situação ocorrida na Conferência Estadual chamou a atenção do Conselheiro
282Patrick: 1º) o esvaziamento da plenária. 2º) considerado vergonhoso o tempo que se
283gastou em referendar os Delegados, depreciando o tempo que se tem para discutir
284políticas. Assim, propôs que a votação dos Delegados para a Nacional seja pautada
285como o último item do dia. Dessa forma, a Assembleia permanecerá com público até o
286final do evento. Na sequência, os Conselheiros presenciaram o desabafo da Secretária
287Executiva Helena Gimenez, que trabalhou exaustivamente para que o processo das
288Conferências fosse concluído a contento. Segundo ela, foi flagrante a pouca participação
289e atuação dos Conselheiros. A técnica Larissa desejou registrar que o papel da
290Comissão Organizadora da Conferência não se resume em determinar o que fazer mas
291sim ser pró-ativa, se envolver e tentar resolver as situações de conflito. Parabenizou
292aqueles que se dedicaram pois na verdade, todos tem consciência se assumiram ou não
293o seu papel. Muitos servidores permaneciam até as 22:00 horas trabalhando nesse
294processo de organização e na licitação dessa Conferência. Deverá haver uma maior
295mobilização de Conselho para a próxima Conferência. O Conselheiro Patrick valorizou
296muito o esforço de servidores da SEDS, Secretaria Executiva, dos Escritórios Regionais.

79
80
81

82
83
84
85
86
87



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC



297 Completou a Conselheira Mariluz afirmando que o que mais importa é olhar a dimensão
298 do que farão as Conferências. É magnífico o poder que a Assistência Social têm: as
299 coisas foram acontecendo na medida e foram acionadas. Deixa-se registrado o quanto
300 esse processo foi fundamental para considerar essa Política. Considerando que o nível
301 dessa Conferência foi muito bom e estendeu seus cumprimentos a todos. Sandra
302 (observadora) – Reforçou ter sido a sua primeira participação, deixando-a encantada
303 com o engajamento da Sociedade Civil. Lembrou a Secretária Helena ter sido
304 cumprimentada pelo pelo Pastor Renato Saidel vindo de Brasília. Segundo ele, que
305 participou de inúmeras Conferências no Brasil, considerou a do Paraná a detentora do
306 melhor nível de debate e organização. • Discutido o conteúdo do Ofício procedente do
307 CMAS de Andirá (ausência de propostas de Cornélio Procópio). A Conselheira
308 Presidente Cássia informou que as propostas que não eram pertinentes a Política de
309 Assistência Social foram excluídas. Restaram 3 propostas das 18 Regionais para serem
310 transformadas. De acordo com a Conselheira Ozimara, a solicitante pontuou não ter
311 concordado com as suas sugestões: na sua opinião, todas as propostas deveriam ser
312 colocadas. A técnica Larissa, considerou que a Comissão Organizadora da Conferência
313 deveria se reunir com a objetivo de elaborar uma resposta ao referido pedido -
314 (Responder formalmente). • Em apreciação: 1) pedir uma devolução, com maiores
315 esclarecimentos da pessoa – 5 votos. 2) responder formalmente – 7 votos -
316 APROVADO. • Item 11 da pauta - “Família Paranaense” (para a próxima reunião). •
317 Ofício nº119 – CRESS (para a próxima reunião). • Comissão Intersetorial de Convivência
318 Comunitária (comunicado que Samanta não mais responde e sim Carla Alves). • Item
319 13 - “Orientações sobre a expansão/2011 dos serviços ofertados nos CRAS – PAIF/
320 Equipe Volantes” - Técnica Malvina – PS Básica. Prazo para os Municípios prorrogado
321 até 10/11 e 18/11 para validação do CMAS – auxiliar na sensibilização dos CMAS que
322 não fizeram o aceite. A orientação é utilizar os recursos conforme determina a
323 Resolução 26 do CNAS (16/09/11). • Item Pró-Jovem – (próxima reunião). • Comissão
324 de Organização da 1ª CONSOCIAL – Conselheira Lucimeri – A Conselheira informou
325 que participa dessa Comissão a partir da 1ª reunião. Destacou que o controle Social está
326 fragilizado. A Coordenação poderá vir até o CEAS tendo em vista que os Conselheiros
327 deverão se envolver nos Municípios. Segundo a Conselheira Mariluz, a Regional de
328 Francisco Beltrão prepara esse evento, com o envolvimento da SEDS. A Secretária

88
89
90



91
92
93
94
95
96



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC



329 Helena conclamou aos Conselheiros para um confraternização de final de ano, a ser
330 realizada na noite do 1ª dia próximo Assembleia. A Presidente agradeceu a presença
331 dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente
332 ata foi digitada por Andressa Linhares, e lavrada por Regina Amasiles Rodrigues Costa.
333 Depois de lida e aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos Conselheiros
334 presentes nessa reunião.

335

336
337 ANEXO I

338
339 **COMISSÃO/CÂMARA: Documentação e Rede Socioassistencial**

340
341 **DATA: 07/11/2011**

342
343 PRESENTES:

344

NOME	ENTIDADE
Fernanda Sardanha	CRESS – 11ª região
Sandra Regina Costa	SETI
Teresinha Aparecida Pereira Mariano	CRESS 11ª Região

345

346 **RELATÓRIO:**

347
348 1) Consulta do CMAS de Campina Grande do Sul:

349
350 Em atenção à consulta quanto à inscrição de entidade no CMAS do município de Campina Grande do Sul,
351 esta Comissão entende que os serviços prestados na Unidade Residência Terapêutica instalada neste município,
352 destina-se ao atendimento de pessoas com transtornos mentais; sendo, portanto, um serviço especializado da Política
353 de Saúde.

354 Ressalta-se, que no caso da Entidade desenvolver serviços socioassistenciais, conforme Tipificação Nacional dos
355 serviços (Resolução nº109/2009 do CNAS), Resolução nº 027/2011/CNAS, o mesmo, poderá ser inscrito junto ao
356 CMAS.

357
358 PARECER DA PLENÁRIA: APROVADA.

359
360 **COMISSÃO/CÂMARA: Comissão de Políticas Sociais**

361
362 **DATA: 07/11/2011**

363
364 PRESENTES:

365

NOME	ENTIDADE
Adriane Leandro	SEDS
Ana Cristina Góis Fuentes	CRESS 11ª Região
Carolna Kummer Trevisan	PGE
Delvana Oliveira	SEED
Larissa Tissot	SEDS
Leonildo Pereira de Souza	IPARDES

97
98
99



100
101
102
103
104
105



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC



Marli Aparecida Batista Vaz Mussolini	SETS
Michele Cristina Ribeiro	Técnica SEDS
Nircélio Zobot	SEDS
Pedro Lírio Hoffmann	Assoc. De Moradores de Encantado D'Oeste
Sionara de Paula	Técnica SEDS
Tatielly Letícia	Técnica SEDS

366
367

RELATÓRIO:

368

369 1) Revisão Cadastral:

370 O Sr. Nircélio informou que anualmente o MDS/SENARC faz levantamento do índice de atualização dos
371 municípios e dos estados. No caso dos municípios do Paraná, houve um avanço significativo nas atualizações,
372 diminuindo de 47.000 cadastros desatualizados em janeiro de 2011, para 20.540 cadastros desatualizados em setembro
373 de 2011. solicitou o empenho dos conselheiros no sentido de divulgar aos municípios o prazo para que essa
374 atualização ocorra é de até 31/12/2011, sob pena da família ter o seu benefício cancelado em março de 2012. À título
375 de colaboração, a conselheira Ana Cristina expôs a experiência do município de Rolândia, o qual se articulou com a
376 Secretaria Municipal de Educação e incluiu na lista de documentos necessários à matrícula e rematrícula nas escolas,
377 uma Declaração do CADÚnico, com o objetivo de realizar a busca ativa para cadastramento, recadastramento e
378 atualização cadastral. Contudo, as conselheiras Delvana e Larissa, contribuíram no sentido de enfatizar que essa
379 estratégia não deve competir com o acesso do direito à educação.

380

381

382 2) IGDM e IGDE:

383 O Conselheiro Nircélio, relata que o relatório da SENARC/MDS indicou expressivos de saldos de recursos
384 do IGD e que um dos fatores que contribui para isto, são as dúvidas sobre como deve ser utilizado esse recurso; o
385 setor financeiro das prefeituras não se envolve com a área de assistência social e não raro, apresenta obstáculos à
386 utilização deste recurso. Solicitou empenho dos conselheiros para acompanhar e fiscalizar o uso do IGD.

387

388 Encaminhamento: 1) - solicitar ao MDS a elaboração de um manual orientador sobre a utilização dos
389 recursos IGDM e IGDE. 2) - nota técnica emitida pelo Estado dirigida aos Municípios. 3) – para o Plano de Ação de
390 2012 se proponha ações de articulação do setor financeiro do gestor estadual com os municípios.

391

392 3) Condicionalidades da Saúde:

393 No que se refere a condicionalidade da saúde, Nircélio relata que foi realizado um levantamento do
394 acompanhamento realizado pelos municípios. Há municípios, que não lançaram no sistema nenhum acompanhamento.
395 Surgiram discussões sobre como tem sido realizado esse acompanhamento nos municípios, importância do trabalho
396 inter-setorial na superação das dificuldades, do trabalho fragmentado e rotatividade dos funcionários da saúde. Por
397 fim, Nircélio apresenta a proposta para que na reunião do CEAS de dezembro, os conselheiros apresentem sugestões
398 ao Plano de Ação do IGD-E para 2012.

399

400 Parecer da Plenária: Aprovado.

401

402 **COMISSÃO/CÂMARA: Comunicação, Articulação e Mobilização**

403

404 **DATA: 07/11/2011**

405

406 PRESENTES:

407

NOME	ENTIDADE
Amélia Branco	Técnica SEDS
José Divaldo Rufino	SEDS
Kharin Bevervanço	SEAB

106

107

108



109
110
111
112
113
114



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC



Mariluz Zanin Petry	E.R Francisco Beltrão - SEDS
Ozimara Ferreira de Melo	APAE - Santa Cecília do Pavão
Ronan César da Silva	APADEFI

408
409
410

RELATÓRIO:

411
412

4121) Plano Estadual de Capacitação:

413
414

O técnico José Divaldo da SEDS (Coordenadoria de Gestão do SUAS), informou que o Plano Estadual de Capacitação - PEC encontra-se em fase de finalização, o qual engloba cursos anuais e presenciais sobre o controle social aos conselheiros municipais e estaduais (os critérios para a divisão de vagas por município, será apresentado posteriormente). A previsão para início desse curso é de março/abril de 2012.

418
419

Além deste curso, em novembro de 2011, está previsto o início de curso à distância aos técnicos e gestores municipais (informações detalhadas sobre esse curso, serão repassadas posteriormente pela SEDS, por meio também, de divulgação pelo endereço eletrônico da Secretaria da Família – www.familia.pr.gov.br).

421
422

Em dezembro de 2011, está previsto um curso aos técnicos dos Escritórios Regionais da SEDS, com duração de três dias e carga horária de 24 horas.

423
424

Na reunião de dezembro/2011, será pautada a versão definitiva do PEC para aprovação dos conselheiros.

425
426

Encaminhamento: Enviar o PEC, por e-mail, para conhecimento dos conselheiros do CEAS/PR.

427
428

4292) Preenchimento do Censo SUAS:

430
431

Foi relatado sobre as dificuldades dos municípios e Estado em relação à obtenção de senha para preenchimento do Censo.

432
433

4333) Plano Municipal de Assistência Social - PMAS:

434
435

O novo modelo de instrumento do PMAS encontra-se em fase de construção, observando os avanços do SUAS. O objetivo principal desta redefinição, é que o Plano seja utilizado pelo gestor municipal como instrumento de planejamento do município.

437
438

4384) Resolução 08/2010 CIT:

439
440

A referida Resolução coloca sobre o Plano de Providências e Plano de Apoio aos municípios para superação das pendências relativas à Política de Assistência Social.

441
442

O Plano de Providências está sendo elaborado pela SEDS, por meio da Coordenadoria de Gestão do SUAS. Esses instrumentos também tem por objetivo sanar as pendências das Metas CRAS.

443
444

Parecer da Plenária: Aprovado.

445
446

COMISSÃO/CÂMARA: Financiamento e Gerenciamento do Fundo

447
448

DATA: 07/11/2011

449
450

PRESENTES:

451

Nome	Entidade que Representa
Carmen Zadra	SEDS
Gladys Maria T. Tortato	SEDS
Maria Cecília Fantin	CRP/08

452
453

Relatório:

454
455

1) Apresentação das discussões para reordenamento dos abrigos:

115
116

117



118
119
120
121
122
123



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC



456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472

A Técnica Carmen da SEDS, apresentou o Plano de Trabalho - Proposta de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional. Foi discutido os itens dessa proposta e sugerido a inclusão no cronograma de execução, o processo de monitoramento das entidades conveniadas. Essa proposta será apresenta na plenária para apreciação dos demais conselheiros.

2) Consulta sobre repasse de recursos à entidades socioassistenciais

Foi discutido sobre a consulta encaminhada e sugere-se que o município utilize as legislações vigentes - Resolução 016/2010 CNAS, Tipificação dos serviços, bem como Lei e criação do CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social. Como não há identificação, não há como fazer uma análise específica da situação para melhor orientação. Para tanto e com base no exposto, a Secretaria Executiva deve realizar uma resposta genérica sobre o assunto, orientando que essa situação deve ser encaminhada ao MP. Parecer do Conselho: Aprovado.

COMISSÃO/CÂMARA: Revisão da Lei Estadual nº 11.362/1996

DATA: 07/11/2011

473
474

NOME	ENTIDADE
Carolina Kummer Trevisan	PGE
Christina Zehr	Assoc. Beneficente de Entre Rios
Lindamir Colontonio	SEJU
Maria Cecília Fantin	CRP/08
Ronan César da Silva	ADADEFI

473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487

RELATÓRIO:

1) Os membros da Comissão analisaram antecipadamente algumas legislações de outros estados e foram levantadas algumas discussões:
Assim, foi sugerido o número de participações dos conselheiros, adequando-o ao número de Escritórios Regionais. Incluir um capítulo próprio na Lei, referente aos princípios, objetivos e diretrizes da política de Assistência Social. A Comissão também discutiu sobre a forma de eleição dos conselheiros e organização das Conferências da Assistência Social no Estado (Conferências Regionais).

Parecer da Plenária: Aprovado.

124
125
126

